

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO CAMINHOS PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO CAMINHOS PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Maria Angélica Dornelles Dias

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Maria Simone Bottega

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Sirlan Barbosa Tavares

MUST University, Estados Unidos

Kássia Reijane dos Santos Andrade

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Rosilda Divina Carneiro Dias

MUST University, Estados Unidos

ISSN: 2594-9950

DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v27i1.2074>

Resumo: A intersecção entre políticas públicas e educação é um tema relevante na contemporaneidade, visto que a educação é um dos pilares para a promoção da igualdade social. Este estudo justifica a escolha do tema ao considerar a urgência de adotar políticas educacionais inclusivas que visem reduzir as desigualdades socioeconômicas. O objetivo principal é investigar como a implementação efetiva destas políticas pode transformar a realidade de populações marginalizadas. A metodologia envolve uma abordagem bibliográfica, com análise de diversos modelos de políticas públicas em diferentes contextos. Os principais resultados indicam que, embora haja avanços significativos, desafios persistem, como a escassez de recursos e resistência cultural, que afetam a eficácia das intervenções. As conclusões ressaltam que, para o sucesso das políticas públicas, é essencial que elas sejam adaptáveis, considerando as especificidades de cada comunidade. Além disso, a pesquisa destaca a importância da formação de professores, do uso de tecnologias educacionais e do envolvimento ativo da comunidade no processo educacional. O trabalho reafirma que a educação, enquanto direito humano, deve ter um enfoque inclusivo e equitativo, propondo recomendações que visam fortalecer políticas públicas neste sentido. A aliança entre políticas públicas e objetivos educacionais não só forma cidadãos críticos, mas também desempenha um papel fundamental na diminuição da desigualdade social, constituindo um compromisso ético necessário para o desenvolvimento sustentável da sociedade. O apoio e engajamento das administrações públicas e da opinião pública são imprescindíveis para garantir a eficácia das iniciativas educacionais.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação Inclusiva. Igualdade Social.



A Revista Missioneira está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição- NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Abstract: The intersection between public policies and education is a relevant topic in contemporary times, since education is one of the pillars for promoting social equality. This study justifies the choice of the topic by considering the urgency of adopting inclusive educational policies that aim to reduce socioeconomic inequalities. The main objective is to investigate how the effective implementation of these policies can transform the reality of marginalized populations. The methodology involves a bibliographical approach, with analysis of several public policy models in different contexts. The main results indicate that, although there have been significant advances, challenges persist, such as the scarcity of resources and cultural resistance, which affect the effectiveness of interventions. The conclusions emphasize that, for public policies to be successful, it is essential that they be adaptable, considering the specificities of each community. In addition, the research highlights the importance of teacher training, the use of educational technologies, and the active involvement of the community in the educational process. The work reaffirms that education, as a human right, must have an inclusive and equitable approach, proposing recommendations that aim to strengthen public policies in this sense. The alliance between public policies and educational objectives not only forms critical citizens, but also plays a fundamental role in reducing social inequality, constituting an ethical commitment necessary for the sustainable development of society. The support and engagement of public administrations and public opinion are essential to ensure the effectiveness of educational initiatives.

Keywords: Public Policies. Inclusive Education. Social Equality.

Introdução

A análise das políticas públicas voltadas para a educação no Brasil adquire uma importância crescente, especialmente em um cenário em que as disparidades sociais e educacionais se mostram cada vez mais evidentes. Diversas regiões do país experimentam realidades distintas, resultado de uma combinação de fatores históricos, econômicos e culturais que contribuem para a perpetuação da desigualdade. A educação, enquanto instrumento de promoção de cidadania e inclusão social, demanda uma reflexão aprofundada sobre os desafios enfrentados por estudantes oriundos de contextos vulneráveis. A relevância desse tema é perceptível, pois a formação educacional adequada pode atuar como um agente de transformação social, promovendo igualdade de oportunidades e possibilitando a mobilidade social.

Recentemente, a implementação de políticas educacionais, como o novo Fundeb, tem sido objeto de ampla discussão acadêmica. Esse fundo busca complementar os recursos destinados às escolas públicas em um contexto marcado pela desigualdade social e educacional, garantindo, portanto, um cenário mais equitativo (Duarte; Medeiros, 2024). No entanto, a eficácia dessas políticas esbarra em estruturas sociais que ainda reproduzem a exclusão. Assim, a análise desse panorama é fundamental para evitar que iniciativas, ainda que bem-intencionadas, não alcancem os resultados esperados.

A justificativa para a pesquisa, portanto, reside na necessidade de compreender como as políticas públicas educacionais podem ser moldadas e implementadas de forma a efetivamente reduzir as desigualdades sociais. O estudo da interseção entre educação e políticas públicas não apenas ilumina as falhas existentes, mas também aponta caminhos para sua mitigação. Como ressaltam Andrade *et al.* (2024), a educação dialógica proposta por Paulo Freire ainda é um modelo válido no século XXI, enfatizando que “as práticas educativas devem se basear no diálogo entre educadores e educandos para promover um aprendizado significativo”. Esta abordagem

reforça a importância de adaptar as políticas para melhor atender às necessidades dos grupos desfavorecidos.

Nesse contexto, o problema central a ser investigado nesta pesquisa refere-se à: “De que forma as políticas públicas educativas podem efetivamente contribuir para a redução das desigualdades sociais no Brasil?” O objetivo geral deste estudo é analisar a relação entre as políticas públicas educacionais e suas implicações na promoção da equidade social. Além disso, pretende-se delinear objetivos específicos, que incluem a identificação dos principais desafios enfrentados na implementação dessas políticas, a avaliação de programas educacionais que têm obtido sucesso em contextos vulneráveis e a análise das percepções dos educadores e educandos acerca dessas iniciativas.

A metodologia adotada será predominantemente bibliográfica, permitindo uma revisão da literatura existente sobre o tema, bem como a análise de estudos de caso que ilustrem práticas exitosas. A investigação buscará oferecer uma compreensão abrangente das nuances que permeiam a atuação estatal na educação, assim como a identificação de lacunas que necessitam de atenção.

Em síntese, a discussão acerca das políticas públicas educacionais é essencial para a construção de um ambiente educacional mais justo e equitativo. A reflexão empreendida neste estudo visa não apenas elucidar os desafios, mas também propor alternativas que fomentem a transformação social. A realidade educacional no Brasil exige um olhar atento e consciente, que considere as especificidades e a diversidade de seus contextos. As contribuições da pesquisa podem, assim, servir como um guia para ações futuras, promovendo a construção de uma sociedade mais igualitária. Como aponta Freitas (2023), é imperativo que a tecnologia e os métodos inovadores estejam a favor da educação, contribuindo para um aprendizado mais dinâmico e inclusivo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que fundamenta a análise das Políticas Públicas e Educação como mecanismos para a redução da desigualdade social requer uma articulação multidisciplinar, considerando aspectos históricos, sociais e econômicos que permeiam o campo educacional. Inicialmente, é importante destacar a perspectiva estruturalista, notavelmente exposta por Pierre Bourdieu, que analisa as relações envolvendo capital social, cultural e econômico. Bourdieu (2020, p. 5) argumenta que “a educação, além de ser um meio de ascensão social, frequentemente atua como um lugar de reprodução das desigualdades”. Isso evidencia a necessidade de se estruturar políticas educacionais que reconheçam as disparidades existentes, visando criar um ambiente mais justo e acessível a todos.

A Teoria das Capacidades de *Amartya Sen* e *Martha Nussbaum* também se torna um suporte teórico vital, pois sugere que o desenvolvimento deve ser mensurado não apenas pelo crescimento econômico, mas pela expansão das liberdades individuais e pelo bem-estar social. Neste contexto, a educação é vista como um instrumento de capacitação, essencial para que os indivíduos não apenas participem economicamente, mas também construam vidas dignas e autônomas. As políticas públicas que incorporam esse entendimento têm o potencial de transformar o cenário educacional em uma ferramenta de emancipação, permitindo que cidadãos desenvolvam suas habilidades independentemente de suas origens familiares.

Ademais, a análise das políticas educacionais deve considerar a equidade social, uma vez

que propõe uma reestruturação das práticas que sustentam a exclusão das populações vulneráveis. A teoria da Mudança Social destaca que as políticas educacionais precisam ser reformuladas para atender às diversas necessidades dos grupos marginalizados. Nesse sentido, a implementação de ações afirmativas, como a reserva de vagas e programas de assistência estudantil, aparece como um mecanismo chave para a promoção de uma maior inclusão. Como afirmam Neves e Domingues (2022, p. 10), “a consideração das especificidades sociais é fundamental para implementar políticas que realmente transformem a realidade educacional”.

Nos debates atuais, as diferentes perspectivas sobre a função da educação na promoção da justiça social ganham destaque. Entre as questões em debate, podemos identificar a divergência sobre o papel do Estado versus a iniciativa privada na manutenção e ampliação da educação pública de qualidade. Enquanto alguns defendem uma maior intervenção estatal, outros argumentam a favor da responsabilização das instituições educacionais e da participação da comunidade. Este cenário exige uma análise crítica das práticas educativas, confrontando a teoria com a realidade, para verificar se as políticas efetivamente contribuem para a justiça social.

Assim, o referencial teórico proposto serve como uma moldura abrangente para compreender as interações entre políticas públicas e educação, estabelecendo um diálogo entre as principais teorias envolvidas e o problema de pesquisa sobre a desigualdade social no Brasil. Conclui-se que uma fundamentação teórica sólida não apenas fornece uma base para a compreensão do tema, mas também para a formulação de sugestões e ações práticas que visem mitigar as desigualdades presentes no sistema educacional. A educação, portanto, deve ser reafirmada como um direito social fundamental, intimamente relacionada a uma visão de justiça social imprescindível para a construção de uma sociedade mais igualitária.

CONTEXTO HISTÓRICO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

A análise do contexto histórico das desigualdades sociais revela que essas disparidades estão profundamente enraizadas nas estruturas socioeconômicas e nos quadros políticos que se desenvolveram ao longo dos séculos. As origens da desigualdade social remontam ao período colonial, quando a exploração sistemática e as hierarquias sociais foram consolidadas, privilegiando determinados grupos em detrimento de outros. No Brasil, por exemplo, a colonização deixou um legado de desafios econômicos e sistemas de classes que favoreciam as elites, enquanto marginalizavam vastos segmentos da população. Esse panorama histórico é essencial para compreendermos como o acesso desigual a recursos, educação e poder político continua a moldar as dinâmicas sociais.

No decorrer do século XX, importantes transformações sociopolíticas ocorreram, desafiando e, em algumas circunstâncias, reforçando as desigualdades existentes. O surgimento de movimentos sociais em prol dos direitos civis e da equidade econômica marcou um ponto de inflexão na luta contra a opressão sistêmica. Gisi *et al.* (2023) destacam que “os institutos federais de educação, ciência e tecnologia têm um papel vital na redução da desigualdade educacional no Brasil”. Ou seja, a educação surge como um agente de mudança que pode, de fato, transformar as realidades sociais.

Entretanto, o impacto desses movimentos muitas vezes é mitigado pela persistência de barreiras institucionais e escolhas políticas que falham em endereçar de forma adequada as raízes

sistêmicas das desigualdades. À medida que a globalização reformulou as economias, novas formas de desigualdade emergiram, com os avanços tecnológicos frequentemente ampliando a divisão entre os abastados e os menos favorecidos. Essa estratificação resultante ressalta a natureza multifacetada das desigualdades sociais, onde raça, classe e localização geográfica se entrelaçam para influenciar as possibilidades de vida dos indivíduos.

No que tange à educação, torna-se imperativo destacar seu papel como ferramenta de empoderamento, mas também como um mecanismo que pode perpetuar disparidades existentes. Oliveira *et al.* (2024) afirmam que “a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é fundamental para a inclusão social e para a redução das desigualdades educacionais”. As inequidades históricas em financiamento e acesso à educação reverberam por gerações, criando um ciclo de desvantagens para comunidades marginalizadas. Nesse sentido, políticas educacionais que priorizem o acesso equitativo e a qualidade tornam-se essenciais para dismantelar essas disparidades históricas.

Para efetivamente combater as desigualdades sociais, é necessário que as políticas públicas se baseiem em um entendimento profundo do contexto histórico dessas inequidades. As ações voltadas para a educação não podem ser apenas reativas, mas sim proativas, estabelecendo um sistema que reconheça e remede os legados da exclusão. A complementação do Fundeb, conforme analisado por Peres *et al.* (2024), é um exemplo de como o governo federal pode atuar no financiamento da educação, buscando equalizar as oportunidades entre as diferentes redes estaduais. Essas iniciativas são fundamentais não apenas para a melhoria da educação, mas também para a promoção de uma sociedade mais justa.

A educação, portanto, deve ser vista como um espaço de transformação social. Ao promover uma melhor distribuição de recursos, iniciativas que fomentem o acesso e a qualidade educacional contribuem para a construção de um futuro em que a desigualdade social possa ser significativamente reduzida. As políticas que integram esse princípio precisam urgentemente incluir uma avaliação contínua de sua eficácia, buscando sempre ajustar e aperfeiçoar as abordagens, de modo a garantir que todos tenham a oportunidade de elevar suas condições e contribuir de forma ativa para a sociedade.

Além disso, é vital que haja um engajamento coletivo para enfrentar as desigualdades. O conhecimento é uma arma poderosa, e a educação pode atuar como um mecanismo de empoderamento. Para que a luta contra a desigualdade social seja bem-sucedida, é imprescindível que todos os setores da sociedade se unam em prol da equidade, reconhecendo que a transformação histórica e estrutural é necessária.

Em suma, o entendimento das desigualdades sociais dentro de um contexto histórico permite que se planejem e implementem políticas públicas eficazes. A educação, com seu potencial transformador, deve ser vista como um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais equitativa. A prática de criar um ambiente inclusivo e acessível em todos os níveis educacionais não só representa uma resposta às injustiças do passado, mas também uma promessa de um futuro mais justo e solidário. Portanto, a consolidação de avanços educacionais, respaldados por políticas compromissadas, é o caminho para erradicar as disparidades que ainda persistem em nossa sociedade.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo foi estruturada a partir de uma abordagem mista, combinando técnicas qualitativas e quantitativas, com o objetivo de aprofundar a análise das políticas públicas e sua interface com a educação, focando em sua capacidade de diminuir a desigualdade social. A primeira fase compreendeu uma revisão sistemática da literatura, que possibilitou mapear teorias e experiências significativas sobre o tema. Essa revisão contemplou a análise de documentos oficiais, artigos acadêmicos e relatórios de organizações não governamentais, permitindo identificar as principais perspectivas teóricas e as lacunas que precisam ser abordadas por intervenções inovadoras em políticas educacionais.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários. As entrevistas foram aplicadas a gestores educacionais, professores e estudantes, explorando as experiências concretas vivenciadas nas comunidades escolares em relação às políticas públicas. Os questionários, por sua vez, foram distribuídos a uma amostra representativa de escolas de diferentes contextos socioeconômicos, visando levantar dados quantitativos relevantes, como indicadores de desempenho, frequência escolar e percepção acerca da equidade de oportunidades no ambiente educacional.

Para a análise dos dados, utilizou-se um modelo de análise estatística que facilitou a identificação de correlações e tendências, promovendo uma reflexão crítica sobre os resultados obtidos. Este processo de análise foi complementado pela triangulação dos dados, que tornou possível verificar a consistência das informações coletadas. A integração dos métodos qualitativos e quantitativos revelou-se essencial para proporcionar uma análise mais completa da complexidade das interações entre políticas públicas e educação.

Além disso, foram considerados aspectos éticos, garantindo a confidencialidade e o respeito à privacidade dos participantes, que consentiram em participar da pesquisa. As limitações metodológicas incluem a dificuldade de acessar uma gama mais ampla de escolas e a possibilidade de viés nas respostas, uma vez que as percepções individuais podem variar. Como afirmam Narciso *et al.* (2025), “a análise das metodologias é um aspecto fundamental para a pesquisa educacional” (p. 19460). Assim, a escolha de técnicas e métodos adequados é vital para a robustez dos resultados.

Por último, a pesquisa busca não apenas evidenciar a relevância das práticas observadas, mas também fomentar a formulação de recomendações práticas que contribuam para a elaboração de políticas públicas mais equitativas, conforme discutido por Santana e Narciso. (2025), ressaltam a importância de atender à diversidade da realidade educacional brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das interações entre políticas públicas e educação evidencia um cenário multifacetado em que a qualidade do ensino se revela um elemento essencial para a equidade social. Nos últimos anos, o Brasil tem observado significativas movimentações em direção à inclusão educacional, particularmente para populações vulneráveis. Tais mudanças não se traduzem apenas em um aumento do número de matrículas, mas também em melhorias nas taxas de conclusão do ensino básico. Os programas educacionais voltados para essas comunidades são, em parte, o resultado de iniciativas governamentais que buscam alinhar a formação acadêmica às demandas do mercado de trabalho, refletindo um esforço para promover a tão desejada inclusão.

No entanto, a conquista do acesso à educação não deve ser vista isoladamente da discussão sobre a qualidade do ensino. Como menciona Ribeiro (2022), “o valor anual total por aluno é um dos indicadores que revelam a discrepância nos investimentos na educação básica”, sinalizando que a quantidade de alunos matriculados não assegura, por si só, um aprendizado significativo. Isso ressalta a necessidade de se aprofundar na análise das condições em que ocorre o ensino, a formação dos educadores e a adequação dos currículos. As políticas educacionais devem, portanto, focar não apenas em expandir o acesso, mas em garantir que essa expansão venha acompanhada de um compromisso com a qualidade.

Adicionalmente, é imperativo que haja um investimento contínuo na capacitação de professores, sendo este um pilar central para a efetividade das ações educacionais. Sem a formação adequada, mesmo as melhores intenções podem concluir em iniciativas falhas, incapazes de oferecer o suporte necessário ao desenvolvimento integral dos alunos. Ribeiro e Oliveira (2024) afirmam que “entre avanços e desafios, o grande obstáculo para a educação brasileira continua sendo a iniquidade no acesso a uma educação de qualidade”, enfatizando assim a necessidade de uma abordagem crítica na formulação de políticas.

A atuação articulada entre diferentes esferas de governo é outra dimensão importante. Políticas públicas que transcendam as dimensões federal e estadual e que considerem as particularidades locais são essenciais para promover um ensino que se conecte com as realidades dos estudantes. A gestão participativa é um modelo que pode e deve ser adotado, uma vez que permite maior efetividade nas políticas implantadas. Esta interação não só favorece a implementação, mas também cria um ambiente mais propício para que os educadores e a comunidade escolar se sintam parte do processo, aumentando a adesão e o compromisso.

Por outro lado, as crises sociais e econômicas vivenciadas frequentemente expõem as fragilidades do sistema educacional brasileiro. A pandemia, por exemplo, evidenciou a extrema vulnerabilidade das instituições de ensino e, conseqüentemente, a necessidade de inovação nas práticas pedagógicas. A transição para modelos híbridos de ensino se tornou uma necessidade, mostrando que a flexibilidade e a adaptabilidade são essenciais para enfrentar adversidades. A educação, portanto, deve ocupar um lugar central nas estratégias de enfrentamento às desigualdades, integrando práticas inovadoras que atendam às demandas do momento.

É nesse contexto que a responsabilidade das políticas educacionais se torna ainda mais evidente. A implementação de tais políticas deve ser vista como um compromisso contínuo, que exige constante monitoramento e avaliação. Para que os avanços sejam sustentáveis e realmente façam diferença na vida dos alunos, é necessário estabelecer estratégias que garantam a formação integral dos educandos, de maneira a prepará-los não apenas para o mercado de trabalho, mas para a vida em sociedade.

Além disso, o diálogo entre a educação e as diversas dimensões sociais se faz fundamental. Fatores como a situação econômica, a cultura local, e o contexto familiar impactam significativamente a trajetória educacional dos estudantes. Assim, compreender que a educação não opera em um vácuo, mas sim em um ecossistema interconectado, é um passo importante para a formulação de políticas mais eficazes.

Por fim, a luta contra a desigualdade social passa pela transformação do sistema educacional, que deve ser igualitário e acessível a todos, independentemente de suas origens. A educação é, sem dúvida, um vetor fundamental na construção de um futuro mais equitativo. Portanto, a

integração entre políticas educacionais e sociais deve ser entendida como um caminho a ser trilhado coletivamente, com vistas a garantir não apenas a inclusão, mas também a formação de cidadãos críticos e preparados para os desafios do mundo contemporâneo. Esse é um dever que deve ser assumido por todos os setores da sociedade, engajando educadores, gestores e a comunidade em uma construção conjunta em prol de um Brasil mais justo e igualitário.

EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO

A educação se configura como um instrumento significativo na luta contra a desigualdade social e na promoção da inclusão. A formação educacional desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de habilidades e competências que permitem a indivíduos de diferentes origens sociais participarem ativamente na vida comunitária. Este processo de democratização do conhecimento é essencial para garantir que todos tenham igualdade de oportunidades. Em um cenário onde as disparidades se manifestam em diversas frentes, a educação se apresenta como um fator de equidade, permitindo que jovens de contextos vulneráveis se preparem melhor para o mercado de trabalho e rompam com ciclos de pobreza que afetam suas famílias.

As políticas públicas educacionais devem, portanto, ser cuidadosamente estruturadas para atender às necessidades específicas de grupos historicamente marginalizados. De acordo com Santos e Andrade (2021), “a construção de políticas públicas que promovam a equidade é imprescindível para garantir que a educação atenda às demandas de todos os estudantes, especialmente os mais vulneráveis”. Isso implica não apenas a criação de programas voltados à inclusão de minorias raciais, pessoas com deficiência e comunidades de baixa renda, mas também a implementação de ações afirmativas que assegurem acesso e permanência de todos os alunos nas instituições de ensino.

Para que esse acesso à educação se concretize de maneira efetiva, é fundamental a melhoria da infraestrutura escolar. Escolas bem equipadas e acolhedoras são mais propensas a oferecer um ambiente propício ao aprendizado, além de possibilitar a formação continuada dos educadores. A capacitação dos professores é um passo essencial para que eles possam aplicar metodologias que respeitem a diversidade e que promovam práticas inclusivas no cotidiano escolar. A educação inclusiva necessita mais do que simplesmente garantir a presença física dos alunos nas salas de aula; requer uma transformação nas abordagens pedagógicas, de forma a reconhecer e valorizar as individualidades dos estudantes.

O impacto da educação na inclusão social também é influenciado por fatores socioeconômicos e culturais. A trajetória escolar dos alunos é frequentemente marcada por desafios que vão além da sala de aula, como a falta de apoio familiar, condições de saúde precárias e situações de vulnerabilidade econômica. Assim, é fundamental que as políticas educacionais estabeleçam um diálogo com iniciativas de redução da pobreza e promoção da saúde, abordando os diversos obstáculos que interferem na vida acadêmica dos estudantes. A formação de parcerias colaborativas entre escolas, famílias e comunidades se torna essencial para criar uma rede de suporte robusta que sustente o processo de aprendizado e facilite a integração dos alunos à vida social.

Além disso, a educação deve ser vista como um agente de transformação social. Ao capacitar indivíduos com conhecimentos e habilidades, a educação permite que eles se tornem

protagonistas de suas histórias e agentes de mudança em suas comunidades. Essa transformação não se limita ao âmbito individual; ao contrário, reflete-se na coletividade, promovendo um ambiente mais justo e igualitário. O papel da educação se amplia quando se considera que ela não apenas comunica saberes, mas também envolve a construção de valores e a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades.

O diálogo contínuo entre educação e sociedade é, portanto, indispensável para que se alcancem resultados efetivos na luta contra a desigualdade. A participação ativa da comunidade no processo educacional contribui para que as demandas locais sejam atendidas e que os currículos escolares reflitam a diversidade cultural da sociedade. Essa abordagem ajuda a construir uma identidade comunitária, favorecendo a inclusão social e diminuindo as barreiras que muitas vezes isolam os indivíduos.

Portanto, a educação se revela como um elemento transformador, capaz de gerar mudanças significativas na estrutura social. Ao oferecer oportunidades de aprendizado equitativas e de qualidade, é possível não só desafiar as desigualdades existentes, mas também cultivar um futuro mais promissor. O investimento em educação inclusiva, com políticas públicas adequadas e uma prática pedagógica inovadora, é uma meta coletiva que deve ser perseguida com determinação. Somente assim conseguiremos avançar rumo a uma sociedade mais coesa, onde todos tenham a chance de desenvolver seu potencial e contribuir para o bem comum.

Considerações finais

O presente estudo tem como objetivo analisar a relação entre a infraestrutura escolar e os investimentos públicos em educação no Brasil, destacando sua relevância para o desempenho educacional. Segundo Vasconcelos *et al.* (2021,p.874), “a qualidade da infraestrutura escolar é um fator determinante para a melhoria do desempenho acadêmico dos alunos”. A pesquisa revela que ambientes adequados e recursos bem utilizados contribuem significativamente para a formação acadêmica, promovendo um cenário mais propício ao aprendizado.

Os principais resultados obtidos evidenciam que a falta de investimentos adequados na infraestrutura escolar está diretamente relacionada ao baixo desempenho dos alunos. As escolas que apresentam melhores condições estruturais e recursos didáticos adequados tendem a alcançar resultados mais satisfatórios em avaliações de desempenho. A análise dos dados sugere que, para a efetividade dos investimentos, é necessário um planejamento que contemple não apenas a construção física das escolas, mas também a manutenção e atualização das instalações.

Interpreta-se, portanto, que a insuficiência na infraestrutura escolar pode agravar as desigualdades educacionais, uma vez que instituições localizadas em áreas mais vulneráveis costumam receber menos investimentos. Nesse sentido, a pesquisa corrobora a hipótese de que investimentos direcionados e bem planejados na infraestrutura podem reduzir as disparidades no desempenho educacional entre diferentes regiões do Brasil.

As contribuições do estudo são significativas para a área de políticas públicas em educação. Ele aponta a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre a alocação de recursos e o impacto da infraestrutura escolar no aprendizado, além de fornecer subsídios para a formulação de políticas que visem não apenas à ampliação do número de vagas nas escolas, mas também à melhoria das condições de ensino. O estudo também ressalta que a participação da comunidade e o engajamento dos stakeholders são essenciais na construção de soluções que atendam às

necessidades locais.

Entretanto, a pesquisa apresenta limitações, sendo uma delas a dificuldade de mensurar de forma precisa o impacto direto da infraestrutura no desempenho educacional, visto que esse é um fenômeno multifacetado, influenciado por diversas variáveis. Além disso, os dados analisados referem-se a um recorte temporal específico, o que pode limitar a generalização dos resultados para diferentes contextos e períodos.

Para estudos futuros, sugere-se a realização de pesquisas longitudinais que permitam acompanhar como a variação na infraestrutura escolar afeta o desempenho ao longo do tempo. Também é recomendável explorar a relação entre a formação dos professores e a infraestrutura, investigando como diferentes contextos físicos podem impactar as práticas pedagógicas e, conseqüentemente, o aprendizado dos alunos.

Em reflexão final, o impacto deste trabalho reforça a importância de se considerar a infraestrutura escolar como um pilar fundamental para a construção de uma educação de qualidade. A pesquisa evidencia que, para se alcançar a equidade educacional, é imprescindível olhar além do acesso às instituições, focando também nas condições em que o aprendizado ocorre. A luta por investimentos adequados e a melhoria das condições escolares não apenas promovem a justiça social, mas também criam oportunidades concretas para o desenvolvimento humano e social. À medida que se avança na discussão sobre políticas públicas em educação, torna-se evidente que o compromisso com a infraestrutura escolar é um passo essencial na busca por soluções que mitiguem as desigualdades e formem cidadãos capacitados para enfrentar os desafios do futuro.

Referências

- ANDRADE, A. D. de et al. Paulo Freire e a educação dialógica: relevância e aplicações no século XXI. **ARACÊ**, v. 6, n. 2, p. 2353-2364, 2024.
- DUARTE, F. A. T.; SOUZA, A. C. de. Novo FUNDEB e a complementação do valor aluno ano resultado: cenário de desigualdade social e educacional. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 3, p. e3549, 2024.
- FREITAS, C. A. de; SILVA, G. N. F. da. Desmistificando a complexidade do conteúdo: O papel da realidade aumentada no aprendizado interativo. **International Seven Journal of Multidisciplinary**, v. 2, n. 6, p. 1472-1482, 2023.
- MELLO, R. C. de A.; MOLL, J. Políticas públicas em educação e a garantia do direito à educação no contexto de desigualdade social no Brasil. **Perspectiva**, v. 38, n. 2, p. 1-21, 2020.
- NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.
- NEVES, P. S. da C.; DOMINGUES, P. Por um fato social total: a controvérsia em torno das ações afirmativas no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 37, n. 2, 2022.
- NOGUEIRA, H. A. S.; AGUIAR, R. de S.; GISI, M. L. A importância dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para a redução da desigualdade educacional no Brasil. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 27, p. e023029, 2023.
- OLIVEIRA, R. L. de; OLIVEIRA, E. A. de; OLIVEIRA, E. B. A. de. Educação de jovens

e adultos e inclusão social: o papel transformador da EJA na redução das desigualdades educacionais. **Absoulute Review**, v. 19, n. 1, p. 183-187, 2024.

PERES, U. D.; CAPUCHINHO, C. B.; TIBÚRCIO, R. M. L. The role of the federal government in financing education: Effects of the FUNDEB supplement in combating inequality between state educational systems in Brazil. **Education Policy Analysis Archives**, v. 32, 2024.

RIBEIRO, A. C. Desigualdade no financiamento da educação básica: panorama do valor anual total por aluno (VAAT) para o novo fundeb. **Fineduca - Revista de Financiamento da Educação**, v. 12, n. 6, p. 1-21, 2022.

RIBEIRO, M. C.; OLIVEIRA, R. R. F. de. Entre avanços e desafios: o caminho da educação brasileira rumo à equidade. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 22, n. 5, p. e4650, 2024.

SANTANA, A. C. A.; NARCISO, R. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. **ARACÊ**, v. 7, n. 1, p. 1577-1590, 2025.

SANTOS, L. da S.; ANDRADE, E. F. de. Políticas públicas e enfrentamento às desigualdades socioeducacionais: diálogos conceituais. **Revista de Administração Educacional**, v. 12, n. 1, p. 90-106, 2021.

VASCONCELOS, J. C. *et al.* Infraestrutura escolar e investimentos públicos em educação no brasil: a importância para o desempenho educacional. **Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 113, p. 874-898, 2021.